

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

No dia dez de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, deu-se início a **67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)**, na modalidade aberta e transmissão pelo YouTube, com abertura pela coordenadora Mariana Rodrigues da Costa Neves, conforme relatado na sequência. A reunião ocorreu no formato presencial na cidade de Belo Horizonte-MG, e os participantes estão listados abaixo. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

Dos participantes membros, registro: Ana Paula Trindade Gomes (IEPHA-MG); Betinna Almeida de Tassis (Secretaria de Turismo-GV); Clemir Meneguel (IJSN-ES); Dandara Teixeira de Souza (SECULT-MG); Edson Martins Almeida (Sec. Cultura de Belo Oriente); Elzeni Santos Silva (IEMA-ES); Erica Fernanda Mota (SEE-MG); Jóeci Benedita dos Santos Lopes Miranda (A. Aracruz- ES); Karina Lopes Moreira (SMC-Rio Doce); Luciano Rodrigues (Secretaria de Cultura - Barra Longa); Ludmila Endringer (SEDU-ES); Luiz Filipe Cizilio Freitas (SEMAD-Mariana); Mariana Rodrigues da Costa Neves (SECULT-MG); Maristela M. Rodrigues (SEMAD-MG); Patrícia Bragatto Guimarães (SECULT-ES); Vanda Meire Costa Freitas (Secretaria de Educação-Belo Oriente); Tânia Guimarães (FLACSO), Thiago Paiva (FLACSO).

Dos participantes convidados, registro: Anna Tristão (IEMA-ES); Elis Furlan (FR); Ester Sabino Santos (SEAMA-ES); Felipe Moura de Andrade (FR); Júlia Oyamaguchi Pinheiro de A. Moreira (Colaboradora-MG); Igor O. Moreira (FR); Maria Izabel Lima de Faria (EY); Márcio Freitas (Colaborador - ES); Natália de Oliveira Ferreira (EY); Taís Herdy (FR); Laura de Freitas A. Falcão (Atingidos de Barra Longa).

Estiveram presentes e não assinaram a lista de presença: Ludmila Endringer (SEDU-ES); Felipe Moura (FR); Igor Moreira (FR); Lucas Vitelli (FR); Thiago Paiva (FACSO).

Abertura: A coordenadora Mariana fez uma acolhida dando as boas-vindas aos presentes e uma rodada de apresentações, acolhendo os membros e convidados da CT-ECLET. Registrou a saída do Caíque Vasconcelos, membro indicado pela Secretaria Estadual de Educação-MG, que será substituído pela sra. Erica Fernanda Mota, também representante da SEE-MG. Agradeceu as contribuições técnicas relevantes do sr. Caíque nos trabalhos da câmara técnica e deu as boas-vindas para a sra. Érica, o que foi reforçado pelo coordenador suplente, sr. Luiz Filipe. A sra. Mariana informou sobre um ponto extra pauta solicitado pela prefeitura de Governador Valadares, que será inserido nos debates do PG-13.

1. Informes Gerais

Pauta	Discussão
1.1 - Aprovação da Ata da 66ª RO da CT-ECLET.	A ata da 66ª Reunião Ordinária Aberta da CT-ECLET foi colocada em votação. Aprovada, sem objeções dos membros e da Fundação Renova, a ata será assinada pela coordenação e será enviada à Secex para publicação na página do Ibama/CIF.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

1.2- Solicitação para que a FR envie as programações de eventos e inserções in loco relacionadas à CT-ECLET com antecedência mínima de duas semanas. A coordenadora Mariana relatou que alguns eventos que são realizados pela FR nos territórios, não estão sendo comunicados para a CT-ECLET, como também para os municípios, e solicitou para a FR o envio do convite e/ou comunicado dos eventos com antecedência de duas semanas, para ciência da câmara técnica e comunidades.

2. Composição de representantes da CT-ECLET – Aimorés e Barra Longa

A sra. Mariana informou que a CT-ECLET tem recebido muitas solicitações para representação de municípios e atingidos, e verificando o TTAC e o Regimento Único das Câmaras Técnicas, a CT-ECLET pode ter até 30 membros titulares e 30 membros suplentes, e que atualmente existem 24 membros, sendo possível atender a algumas solicitações. Esclareceu também que a CT recebeu recentemente um ofício da Comissão de Atingidos de Barra Longa e do município de Aimorés por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer. Como existem essas cadeiras na CT, a sra. Mariana colocou em votação para os membros, o atendimento ao pleito de Aimorés para compor a CT-ECLET. A inclusão do município de Aimorés foi aceita por unanimidade. Colocou em votação a inclusão dos atingidos de Barra Longa, que também foi aceita por unanimidade pelos membros da CT-ECLET.

3. PG-12 Programa de Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural

Pauta	Discussão
Apresentação do status do PG-12. Responsável: FR	<p>A sra. Mariana informou que o sr. Felipe Moura, da FR, irá apresentar o status do Programa de Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural, com a finalidade de atualizar os membros da CT-ECLET sobre o andamento do programa.</p> <p>Foi compartilhado um vídeo que sintetiza a trajetória desse projeto, e que pode ser acompanhada, de forma mais didática e lúdica, pelo link: https://drive.google.com/file/d/1IoYCdMyd1iJoetyW9R9JYU4x5SqD93P/view?usp=drive_link</p> <p>O sr. Felipe iniciou a apresentação destacando o objetivo do projeto que é a garantia da reparação, restauração, preservação, fortalecimento e restituição do patrimônio cultural e artístico dos territórios impactados pelo desastre de Mariana, em parceria com a comunidade e poder público. Apresentou o mapa da área de abrangência do Programa 12, que são Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e seus distritos. Esclareceu sobre os impactos identificados no patrimônio cultural dos territórios, como transmissão dos valores e práticas das referências culturais entre as gerações; o impacto nas</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

fruições, que são o acesso e uso das referências culturais; a realização de eventos festivos, celebrações e práticas tradicionais; impacto nas condições de produção de referências culturais; transferência ou perda de vínculos entre localidades e grupos tradicionais. A partir da identificação dos impactos foram pensadas as soluções construídas para a fase emergencial, a fase de transição e a fase de reparação, e registrou que antes da FR iniciar sua atuação, esses processos eram gerenciados pela Samarco. Informou que o Programa 12 é composto por 3 eixos, sendo o eixo imaterial, o eixo material e o eixo arqueológico, e apresentou os desafios da solução construída, identificando também os Stakeholders. Fez uma síntese do status dos eixos e projetos, detalhando no **Eixo Imaterial** o “Inventário Participativo e Diagnóstico das Referências Culturais, materiais e imateriais” e partilhou o registro fotográfico de algumas oficinas e atividades diversificadas realizadas nos territórios com a participação das comunidades, destacando em cada uma delas: objetivo, abrangência, cláusula do TTAC associada, escopo, desafios, prazos para realização dos eventos e as principais entregas. No **Eixo Material** relacionado à Reserva Técnica, detalhando seu objetivo, abrangência, sendo a cláusula relacionada a de nº 96 do TTAC, as premissas, os desafios, os prazos e as principais entregas, que foi a entrega de 499 peças restauradas até abril de 2024. Apresentou o cronograma das principais atividades da Reserva Técnica, sendo o Resgate dos bens móveis das capelas atingidas entre 2016 e 2017, a Guarda Técnica de 2016 a 2018, a elaboração dos Projetos entre 2018 a 2023, e a Restauração entre 2019 e 2024. Detalhou o status dos quantitativos globais da Reserva Técnica, apresentando os percentuais dos projetos aprovados, dos projetos executados e das peças restauradas. Sobre as Capelas, informou que o objetivo é restaurar e/ou requalificar os imóveis católicos, que estão relacionados às cláusulas 95, 97 e 98 do TTAC. Apresentou o escopo, as premissas, os requisitos, as restrições e o prazo para as intervenções, de 2024 a 2026, sendo as capelas de São Bento, Nossa Senhora das Mercês, Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição. Detalhou o cronograma para as etapas e os períodos para a estratégia inicial e a estratégia emergente, e o status dos processos em cada uma das capelas, como também apresentou registros fotográficos das capelas, detalhando o status das intervenções em cada uma delas, as que já foram realizadas e as que ainda estão por fazer. Sobre os imóveis de Barra Longa, apresentou um mapa da cidade localizando os 11 imóveis atingidos. Sobre os imóveis tombados, esclareceu que são imóveis para restauração ou requalificação, e que estão relacionados às cláusulas 95, 97 e 98, e apresentou o escopo, as premissas e os 2 cenários atuais, que são: 1. Execução das obras pela F.R, monitorada pelos atingidos, e 2. Acordo de repasse da obrigação de fazer para os atingidos. O prazo previsto é entre 2024 e 2026. Os imóveis são a Matriz de São José, o Hotel Xavier, a residência Lanna, a residência Trindade e a residência Freitas. Também foram apresentadas, as etapas e os

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

períodos para a estratégia inicial e para a estratégia emergencial para as intervenções, como também um cronograma para as aprovações dos projetos e para a execução das obras. Sobre os sete imóveis inventariados, que são: res. Maria da Conceição de Paula, res. José Antônio Carneiro Mol, res. Joana D'Arc P. de Siqueira, res. e Bar do Raimundo A. M. Filho, Fabio Jesus de Carvalho, res. Mércia T. F. Paglioto e Ordise F. Meireles apresentou as etapas dos imóveis referentes à aprovação dos projetos e a execução das obras, e partilhou registros fotográficos dos imóveis citados. **Sobre o Eixo Arqueológico**, destacou que o objetivo é desenvolver junto às comunidades diretamente impactadas o levantamento, os inventários os bens de natureza arqueológica e plano de salvaguarda. Informou que a área de abrangência são todas as comunidades de abrangência do programa, e estão relacionados à cláusula 98, alínea A e B. Citou a premissa do projeto e os desafios, pois é necessária a aprovação do diagnóstico e Plano de Salvaguarda pelo IPHAN. Registrou que o prazo é de 2016 a dezembro de 2026, sendo as principais entregas a realização do diagnóstico em 20 localidades e protocolo da proposta de Plano de Salvaguarda no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e destacou para a coordenação da CT-ECLET a importância da representatividade do IPHAN nesta Câmara Técnica. Finalizando a sua apresentação, detalhou o orçamento e o cronograma do PG-12 e informou que o orçamento total deste programa é de 193 milhões de reais.

A sra. Mariana agradeceu a apresentação e informou que os membros do PG-12 receberam os documentos e fizeram a leitura dos mesmos, e abriu a palavra para os membros do GT-12.

A sra. Ana Paula comentou que observou nos documentos enviados uma defasagem de dados, tanto no relatório enviado como também na apresentação feita hoje. Esclareceu que em relação ao Plano de Reparação das Referências Culturais, ainda é preciso fazer atualizações de dados tanto nas planilhas como no relatório, informando o que já foi executado e as ações que estão faltando, acompanhado de um cronograma para a sua execução e constando também as informações orçamentárias, inclusive o saldo remanescente. E registrou que tanto o relatório como as planilhas foram decorrentes de uma solicitação feita pela CT-ECLET. Sugeriu focar hoje o debate no status dos programas e deixar para a próxima reunião ordinária o debate sobre o do Diagnóstico de Referências Culturais e o Plano de Reparação. Esclareceu que são informações necessárias para uma análise mais técnica, e solicitou da FR, uma complementação de informações. Sobre os imóveis tombados, gostaria de saber o que está sendo previsto para esses projetos, considerando a questão da judicialização, como também a não aprovação dos proprietários. E solicitou para a FR o detalhamento do que está sendo previsto para esse projeto e o que será feito para a sua

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

finalização, especialmente em relação ao imóvel tombado do bar, que está em situação mais crítica. Em relação aos outros imóveis, considera que os representantes de Barra Longa podem se manifestar.

O sr. Felipe informou que a FR vai fazer a separação desses dois materiais e solicitou que a CT-ECLET formalize quais as informações do PG-12 precisam ser enviadas pela Fundação Renova. Esclareceu que o projeto de recuperação dos imóveis tombados foi judicializado em função das trincas, relacionadas ao Eixo 4, os imóveis foram impactados, e foi ignorado no processo de judicialização que o escopo do restauro já incluiria as trincas, não precisando ser judicializado. Informou que atualmente a FR faz a estabilização dos imóveis tombados e manutenção. Sobre o bar do sr. Raimundo, informou que foi severamente impactado com as chuvas de 2022, pois as ações de escoramento feito pela FR não foram suficientes para suportar o volume de chuvas. Esclareceu que o prédio do bar já tinha uma condição mais crítica quando ocorreu o evento de rompimento da barragem. Informou que foi refeito o processo de escoramento da edificação. Quanto às aprovações, informou que tem sido feito pela FR os ajustes necessários nos projetos e as revisões, como também com as autorizações dos proprietários, sendo o que no cenário de judicialização, existem interpretações diferenciadas, o que gera alguns embargos. Esclareceu que saindo da judicialização, encaminha-se para uma finalização, sendo a execução ou o repasse de recursos.

A sra. Laura informou que tem dois imóveis inventariados que estão com pendências de autorização, e que ela é procuradora desses dois proprietários. Relatou que já existe um desgaste em relação à credibilidade dos proprietários com a FR, sendo que um dos imóveis já foi reformado, custeado pela proprietária, e que ela não deu autorização, portanto, temos aí um problema. Sobre o imóvel do sr. Raimundo, considerou que o cenário de destruição do imóvel tem responsabilidades da FR, e não somente ação do tempo e das chuvas, sendo que a apresentação feita aqui parece ser maquiada e muito programada. Convidou os membros da CT-ECLET para uma visita a Barra Longa para conhecer a realidade local. Questionou a causa da retirada dos imóveis tombados da judicialização e não para os imóveis inventariados, sendo que existe aí uma divergência jurídica, pois houve uma ação da FR para a retirada dos imóveis tombados. E por que não a retirada dos imóveis inventariados? Sobre os imóveis tombados, algumas tratativas já caminharam nos últimos dias, e não considerou o cronograma apresentado exequível, considerando que houve alteração das necessidades das famílias ao longo do tempo transcorrido, e que ainda não foi concluída a negociação dos atingidos com a FR sobre a execução das obras. Considera que seja necessária a revisão do cronograma, considerando a realidade atual das famílias e dos imóveis.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

O sr. Luiz considerou que a sra. Laura está participando hoje como convidada da CT-ECLET, sendo que foi recebido ontem pela CT-ECLET o ofício solicitando a representatividade dos atingidos de Barra Longa na Câmara Técnica, sendo a sra. Laura indicada como membro titular, não havendo tempo hábil para a sua participação como membro. Registrou que a CT está se organizando para realizar a visita técnica a Barra Longa.

O sr. Felipe registrou que sobre a execução das obras pela FR, entende que somente os projetos executivos necessitam de ajustes, pois não houve alteração do projeto conceitual, sendo possível atender as solicitações de ajustes dos proprietários no projeto executivo. Considera que não é necessário retomar o projeto de restauro dos imóveis do marco zero.

A sra. Daniela relatou que é possível absorver as adequações de danos, considerando que há dois anos foi necessário atualizar o mapeamento dos danos ocorridos nos imóveis para identificar se os danos mapeados no passado se mantêm os mesmos. Registrou que em alguns imóveis foram feitas adequações no mapeamento após a constatação de que não havia novos danos, sendo necessário ajustar apenas o quantitativo. Registrou que o cronograma apresentado está considerando que não surgiram outras demandas indicadas pela CT-ECLET.

A sra. Mariana sugeriu uma reunião do PG-12 com a FR para discutir esses cronogramas e ajustar algumas questões específicas. Registrou que como está no período de revisão do programa, e após o envio dos documentos solicitados para a FR, pode-se pensar numa reunião, e para a próxima RO o GT 12 possa apresentar algo mais articulado.

A sra. Clemir questionou se os projetos executivos estão sendo revistos, pois qualquer alteração implica em ajustes nos projetos complementares e aprovação pelos órgãos competentes.

A sra. Ana Paula registrou que nenhum projeto passou pela CT-ECLET, e que a documentação que a Câmara Técnica recebeu foram enviadas pela Dra. Laura, que é a advogada dos proprietários dos imóveis tombados.

A sra. Mariana lembrou que será necessário dialogar com a CT-INFRA, considerando o escopo do projeto e do momento do que está sendo executado, e sugeriu fazer uma reunião com a CT-INFRA, que é a CT responsável pela execução das obras. Registrou que em diálogo com a CT-INFRA, soube que esta CT também não tem conhecimento da documentação. Solicitou para a FR que ao encaminhar a documentação para a CT-ECLET, encaminhe também para a CT-INFRA.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>A sra. Laura solicitou que seja garantida a participação dos atingidos nos próximos debates, o que foi reforçado pela coordenadora Mariana, respeitadas as decisões que sejam de cunho essencialmente técnico. Ficou definido que o GT-12 enviará uma resposta ao ofício da FR com o detalhamento das informações.</p> <p>O sr. Felipe registrou a importância da visita técnica e a conversa com os atores em Barra Longa. E considerando que o processo de judicialização e o processo de restauro são lentos, é de seu entendimento que o diálogo com os atingidos precisa ser retomado para que o andamento do projeto seja mais célere.</p>
Encaminhamento: 67.3.1	A CT-ECLET fará contato com a CT-INFRA para dialogar sobre as obras de restauro do PG-12.
Encaminhamento: 67.3.2	A CT-ECLET irá planejar uma visita técnica do PG-12 para acompanhar, in loco, os projetos em Mariana e Barra Longa.

4. PG-13 Programa de Qualidade de Vida e do Turismo

Pauta	Discussão
<p>4.1- Apresentação dos relatórios de acompanhamento do Edital Doce, ciclos 1, 2 e 3. Responsável: EY</p>	<p>A sra. Mariana informou que a CT-ECLET solicitou uma apresentação dos relatórios produzidos pela auditoria independente, a EY, sobre os 3 ciclos do Edital Doce, considerando que a FR está solicitando a quarta edição, o que só será possível após uma retrospectiva dos relatórios anteriormente produzidos, e convidou a representante da EY para fazer a apresentação, cujo documento pode ser acessado pelo link:</p> <p>https://drive.google.com/file/d/1sLargp9GGbcWv7CaIFWLMFKYwSA_5Pwe/view?usp=drive_link</p> <p>A sra. Natália, representante da EY, fez a sua apresentação e apresentou também a sra. Maria Izabel, integrante da equipe da EY. Iniciou informando que a apresentação é uma síntese das avaliações realizadas e dos resultados alcançados referentes às três edições do Edital Doce. Fez uma contextualização do papel da EY previsto na cláusula 200 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC e na cláusula 53 do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC-GOVERnança. Detalhou as informações contidas na apresentação, destacando as avaliações referentes às três edições do Edital Doce nos seguintes relatórios: 1. Relatório de Acompanhamento do Programa – ciclo 2, emitido em 13 de setembro de 2022; 2. Relatório de Avaliação da segunda edição do Edital Doce, conforme disposto na Deliberação CIF nº 653/2023, e atendendo a uma demanda da CT-ECLET; 3. Relatório de Acompanhamento do Programa, Ciclo 3, emitido em 05 de março de</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

2024. A partir da contextualização, a sra. Natália passou a detalhar cada uma das edições, conforme slides de número 7 ao slide de número 19 da apresentação em Power Point, cujo documento pode ser acessado pelo link disponibilizado no início desta apresentação. Destacou as verificações a serem realizadas pela EY e os procedimentos remanescentes relacionados às três edições do Edital Doce³, sendo ressaltado que os procedimentos serão executados quando as ações forem concluídas pela Fundação Renova e a EY tiver acesso à documentação necessária para a realização das verificações, seja no âmbito dos ciclos de acompanhamento do PG-13 ou de demandas específicas vindas da CT-ECLET e do CIF ou identificadas pela EY. Em relação à primeira edição, serão executados os seguintes procedimentos remanescentes:

- Verificação da assinatura do Termo de Encerramento para 49 projetos da primeira edição do Edital Doce, dos quais 35 constam na lista de inadimplentes apresentada pela Fundação Renova, anexa ao ofício FR.2023.2569, enviado à CT-ECLET EM 09 de novembro de 2023.
- Verificação dos Valores incorridos no âmbito da primeira Edição do Edital Doce, que possui natureza compensatória, conforme o documento de Definição do Programa (agosto/2021). Destaca-se que a ausência de aprovação do orçamento do Programa foi apresentada pela EY como impedimento.

No tocante à segunda edição, estão previstos os procedimentos remanescentes a seguir:

- Verificação da aprovação das prestações de contas e da liberação dos recursos financeiros para três projetos na modalidade 1 e para um projeto da Modalidade 2 da segunda edição do Edital Doce.
- Verificação da assinatura do Termo de Encerramento para 225 projetos.
- Verificação dos valores incorridos no âmbito da segunda edição do Edital Doce, considerando que a Modalidade 1 possui natureza compensatória e as modalidades 2 e 3 de natureza reparatória, conforme informado pela Fundação Renova. Destaca-se que a ausência de aprovação do orçamento do Programa foi apresentada pela EY como impedimento.

E para a terceira edição, serão adotados os seguintes procedimentos remanescentes para verificação:

- Verificação da convocação de um projeto suplente para o município de Galileia (MG), no âmbito da Modalidade 1.
- Verificação da consonância dos projetos aprovados no âmbito da Modalidade 1, que possuíam orçamento divergente do previsto para o perfil de proponente.
- Verificação da consonância dos projetos aprovados no âmbito da

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>Modalidade 1, promoção de Destinos e Produtos Turísticos com o Plano Municipal de Turismo e Plano de Marketing Turístico dos municípios considerados polos turísticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação da assinatura do Termo de Investimento Social para os projetos aprovados no âmbito da terceira edição do Edital Doce e posterior verificação do atendimento às cláusulas desse termo e da assinatura do Termo de Encerramento. • Verificação dos valores incorridos no âmbito da terceira edição do Edital Doce, considerando que a Modalidade 1 possui natureza compensatória, e que a Modalidade 1, promoção de Destinos e Produtos Turísticos, bem como a Modalidade 2, possuem natureza reparatória, conforme informado pela Fundação Renova. Destaca-se que a ausência de aprovação do orçamento do Programa foi apresentada pela EY como impedimento. <p>A sra. Natália informou que não foi realizada a verificação dos recursos, pois não existe um orçamento aprovado.</p> <p>A sra. Mariana agradeceu a apresentação informando que foi muito esclarecedora, especialmente para os membros mais recentes na CT-ECLET, e destacou a importância de um trabalho conjunto entre CT-ECLET, Fundação Renova e EY.</p>
<p>4.2 - Apresentação da prestação de contas dos ciclos 1, 2 e 3 do Edital Doce. Responsável: FR</p>	<p>O sr. Felipe informou que sobre o Edital Doce é um projeto para apoiar ações de turismo, esporte, cultura e Lazer, e foi construído como uma ação compensatória para acompanhar algumas políticas públicas vigentes à época, e com o passar do tempo e os ajustes feitos, o projeto foi criando contornos de ações reparatórias. Atualmente tem mais de 500 projetos e iniciativas apoiadas, promovendo a geração de emprego e renda, apoiando tanto a comunidade pública quanto privada. Esclareceu que foram construídas soluções para assegurar a democratização no acesso à compensação, a distribuição do recurso conforme necessidades dos projetos selecionados, o monitoramento periódico dos projetos e dos recursos, os critérios socio territoriais e de severidade dos impactos considerados na distribuição de recursos, transparência e padronização do processo de seleção, capacitação dos proponentes para a gestão dos projetos contemplados, mitigação de conflitos de interesses na seleção de propostas e o apoio a projetos socialmente relevantes para a comunidade. Informou que em 2018 o projeto foi aprovado pela CT-ECLET, e citou a Deliberação 239, de 30/11/2018, aprovando o edital Doce, com diferenciação da operacionalização para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. E Deliberação 320, de 27 de agosto de 2019, que alterou a operacionalização do Edital Doce para o Espírito Santo. Posteriormente foram definidas as regras para o Edital Doce, por meio da Área Técnica, Compliance, Suprimentos, Jurídico e a CT-ECLET, que definiram regras e diretrizes do processo seletivo e elaboraram a minuta, e posteriormente</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

foi lançada a 1ª edição de MG, em setembro de 2018. Considerou como falha no processo, a diminuição da CT-ECLET no processo de definição dos editais, que teve como modelo o 1º edital, construído com a participação dos membros da Câmara Técnica, o que deverá ser corrigido na 4ª Edição. Apresentou a cronologia das Etapas Públicas do Edital Doce, com o envolvimento de várias áreas da FR e a empresa contratada por meio de processo concorrencial. Esclareceu que o Edital Doce visa garantir equidade e eficiência no acesso à compensação, e informou que tudo o que foi herdado da Samarco é reparatório, e passa a classificar como compensatório a partir da primeira definição. Sobre a Estratégia de Divisão de Cálculo, foi realizada de forma a garantir uma faixa de investimento por município, impedir distorções entre territórios e considerar as diferenças no nível de impacto causado pelo rompimento da barragem de Fundão, e considera as variáveis com os seguintes pesos: proporção territorial-10%; proporção populacional-10%; proporção de número de cadastro de impactos-15% e proporção por nível de impacto-65%, o que gera a definição final dos recursos destinados para cada município. Sobre a estratégia de uso de recurso, informou que a base é o IPCA, sendo estabelecido o ticket médio na 1ª edição R\$59.200,00, após dois anos, aplica-se correção de 25% para a 2ª edição e o Ticket passa para R\$74.100,00 e na terceira edição com a correção atualizada de 12%, passou para R\$82.800,00. Detalhou o volume de recursos para cada edição, sendo: R\$13,5 MM na primeira edição na modalidade compensatória; R\$21MM na 2ª edição na modalidade compensatória e reparatória (Lazer); R\$22MM na 3ª edição na modalidade compensatória e reparatória (Lazer e Turismo); R\$20MM disponível *previsto sem previsão de IPCA -Compensatório e Reparatório*. Explicou que o saldo remanescente da primeira edição foi usado na terceira edição, e o saldo que restar da segunda e da terceira edição será utilizado na quarta edição. Informou que esses valores não estão considerando as novas áreas, conforme Deliberação 58. Apresentou os números do Edital Doce até maio de 2024, e informou que foram contemplados 46 municípios em Minas Gerais e 10 municípios no Espírito Santo, 737 projetos aprovados, sendo 380 na área da cultura, 269 projetos de esporte e lazer, 76 projetos na área do turismo e 12 projetos na promoção do destino. Foram mais de R\$50 milhões destinados para execução dos projetos, 370 mil pessoas beneficiadas diretamente e mais de 2 mil postos de trabalhos gerados com as ações dos projetos. Apresentou o mapa com a regionalização da calha do rio Doce, indicando as áreas de atuação do Edital Doce, e informou que o Edital Doce foi lançado em 2019 em Minas Gerais e em 2020 no Espírito Santo com os recursos de natureza compensatória, e a empresa contratada para a sua execução foi a Prosas. Apresentou os resultados da primeira edição do Edital Doce, que atendeu a 46 municípios, 820 projetos inscritos, 228 projetos aprovados e 202 projetos apoiados e detalhou o orçamento da primeira edição. Informou sobre os 34 projetos inadimplentes e o orçamento da inadimplência no valor de R\$801.833,30.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Questionado pela Sra. Jóeci sobre a inadimplência, se os projetos inadimplentes serão barrados nas próximas edições e se os proponentes inadimplentes podem ter seus nomes informados para as comissões de atingidos fazerem um diálogo com eles, na tentativa de auxiliar a resolver essa situação, considerando que os municípios não podem ficar no prejuízo. O sr. Felipe esclareceu que quando não ocorre a prestação de contas, os proponentes inadimplentes não participam das edições posteriores. Houve um debate sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD e o sr. Felipe sugeriu que essa pauta é muito complexa para a gestão, pois são dados que serão gerenciados pela FR com a parte envolvida, e que essa pauta não é da sua área de atuação, sendo responsabilidade da Compliance. Informou que nesse período ainda não havia a inclusão dos municípios da Deliberação 58. Na **segunda edição** do Edital Doce, lançado em fevereiro de 2022, teve como empresa contratada o CIEDS para executar as atividades de seleção das propostas inscritas e monitoramento dos projetos aprovados, sendo projetos de natureza compensatória, do PG-13, projetos de natureza reparatória do PG-13, com foco no lazer, e projetos de natureza reparatório do PG-12, também com foco no lazer. Nessa edição, foram contemplados 40 municípios, 1012 projetos, 260 projetos aprovados e 260 projetos apoiados nas 3 modalidades. Na **terceira edição** do Edital Doce, lançado em junho de 2023, estão em andamento projetos de natureza compensatória do PG-13, projetos de lazer, de natureza reparatória do PG-13, e projetos de promoção do destino, de natureza reparatória do PG-13. Nessa edição são 40 municípios contemplados, 1355 projetos inscritos e 249 projetos aprovados, e detalhou o orçamento destinado para cada modalidade. Complementando a apresentação, mencionou os próximos passos para o Edital Doce em sua **quarta edição**, que está previsto para junho de 2024, com uma abordagem voltada para a perenidade e sustentabilidade das ações nas comunidades impactadas e com a previsão do resultado final para novembro de 2024. Informou que está previsto para essa edição os municípios de Serra, Fundão, Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, com uma expectativa de apoiar cerca de 310 projetos e com investimento de R\$20MM. Encerrando a apresentação, o sr. Felipe apresentou os pontos fortes do Edital Doce, conforme citado no documento apresentado que se encontra em anexo.

A sra. Betinna reforçou a necessidade do alinhamento com as políticas públicas dos municípios, em relação aos destinos turísticos, e agradeceu a apresentação.

Como encaminhamento, a coordenadora Mariana esclareceu que antes de falar da **quarta edição**, é preciso fechar alguns pontos da **edição um** e **edição dois**.

O sr. Felipe sugeriu que sejam pacificados os pontos críticos indicados pela EY e apresentados para a CT-ECLET, fechando o ciclo da **edição um** e **dois**.

A sra. Mariana considerou a dificuldade da FR em gerir a situação dos inadimplentes, pois são pessoas atingidas. Sugeriu a elaboração de uma Nota

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>Técnica a ser enviada ao CIF sobre o ciclo 4 do Edital Doce, após a análise dos pontos críticos dos ciclos um e dois.</p> <p>Como encaminhamento, sugeriu uma reunião remota com os membros para a última semana do mês de maio.</p> <p>O sr. Luiz Filipe solicitou esclarecimentos sobre a interface com o PG-12. O sr. Felipe Moura esclareceu que o edital doce foi lançado como compensatório na primeira edição, sendo que na segunda edição foi verificado que em algumas regiões, a estratégia foi lançar o edital como reparatório para não onerar o compensatório, porque algumas ações estavam no PG-12 mas estava como responsabilidade do PG-13 porque não estava sendo executada pelo PG-12, e para não correr o risco de uma ação compensatória pagar uma ação reparatória.</p> <p>A sra. Natália informou que no relatório de acompanhamento do PG-12, previsto para junho, o relatório irá contemplar essas situações do Edital Doce, terceiro ciclo, do PG013, que tem interface com o PG012, pois no documento de definição isso não ficou bem definido.</p>
<p>4.3 - Apresentação do cronograma das ações para inclusão do município de Jaguarapu no polo turístico de Marliéria. Responsável: FR</p>	<p>A sra. Betina partilhou que a visita a Jaguarapu com a FR foi bem proveitosa, pois é uma região muito rica em relação ao meio ambiente.</p> <p>O sr. Felipe informou que foi realizada uma visita técnica a Jaguarapu, realizada com a sra. Betinna, o que possibilitou melhor compreensão das potencialidades do município para o pleito da CT-ECLET, incluindo Jaguarapu como município complementar ao polo de Marliéria. Informou que depois do dia 14 será enviada a documentação sobre Jaguarapu, sendo que o processo de contratação da empresa para realizar o inventário turístico já está em andamento. Esclareceu que o referido município será integrado às ações relativas ao polo de Marliéria.</p> <p>A sra. Betinna registrou que foi uma visita muito produtiva, pois foi possível constatar a possibilidade do desenvolvimento social e ambiental na região, sendo que Marliéria e Jaguarapu já realizam muitas ações em conjunto. Informou que os recursos naturais são fortes, possibilitando o turismo ambiental e ecológico na região. Lembrou que o inventário será como um mapa para entender a importância de Jaguarapu para o turismo naquela região.</p> <p>O sr. Felipe registrou que o inventário caminha para endereçar as questões relativas aos municípios complementares, inclusive em relação aos municípios da Deliberação 58. E esclareceu que essas questões poderão ser incluídas no documento de revisão do PG-13.</p>
<p>4.4 - Apresentação da solicitação de apoio a eventos externos relacionados aos e-mails</p>	<p>A sra. Betina informou que foram enviados dois ofícios pelo município de Governador Valadares para viabilizar a sua participação em dois eventos, sendo o Ofício nº 421/2024, enviado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Governador Valadares, solicitando apoio para a participação da</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

<p>encaminhados no dia 22 de abril pelo município de Governador Valadares. Responsável: município de Governador Valadares;</p>	<p>SMCELT, impulsionando ações do Destino Turístico Viva Valadares, nos moldes do evento do ABETA SUMMIT que foi realizado em 2023, e esclareceu que essa é a terceira participação do município. Informou que esse é o maior evento de turismo de aventura do país, e que está sendo tratada a possibilidade do evento ser realizado em Governador Valadares. Informou que já ocorreu em Valadares o evento da Abeta Conecta, com o turismo de pesca esportiva no Rio Doce, e que a FR estuda a possibilidade de inserir esse evento nos municípios polos. Ressaltou que o trabalho com o turismo é um trabalho em rede, e é importante envolver os empreendedores locais.</p> <p>A coordenadora Mariana esclareceu que o conteúdo da apresentação da sra. Betinna está relacionado ao Programa 13, e que esses eventos são importantes não só para os municípios, mas para todo o estado. Considerou como relevante acolher o pleito da prefeitura de Governador Valadares, e como estamos no momento de revisão do PG-13, é a oportunidade de impulsionar e ampliar as atividades do turismo alinhados aos projetos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.</p> <p>O sr. Felipe considerou que na revisão do programa deve ser incluído o ajuste para definir os produtos de regionalização, produtos do estadual/nacional, e identificar se existem produtos para a internacionalização. Considera que é preciso superar as tensões e divergências e caminhar para as soluções técnicas para que se possa avançar com o programa.</p> <p>A sra. Mariana lembrou que a SECULT-MG tem uma carta de eventos estaduais, que podem ser ampliados, somando esforços com as ações do PG-13. O sr. Felipe lembrou que essa iniciativa de alinhar os projetos do PG-13 aos eventos/ações estaduais é muito importante para fortalecer as ações nos territórios, e que na revisão dos programas podem entrar nas metas do PG-13. Sugeriu elencar essas atividades que podem ser alinhadas aos produtos estaduais.</p> <p>A coordenadora Mariana sugeriu que um membro da CT-ECLET do Estado do Espírito Santo verifique o interesse da secretaria Estadual do Turismo em alinhar as ações e projetos do PG-13 dos municípios capixabas aos eventos do Estado. Foi sugerido que os membros do Espírito Santo façam uma articulação com a SETUR-ES no sentido de conseguir sua representatividade na CT-ECLET.</p> <p>O sr. Felipe lembrou que a regionalização proposta no PG-13 não inclui os municípios da Deliberação 58. Sugere tratar a questão quando for feito o ajuste no Programa 13.</p> <p>O sr. Luiz sugeriu que todos os pleitos feitos à FR sejam remetidos à CT-ECLET, para que possam ser analisados pelos técnicos para os devidos encaminhamentos.</p>
<p>Encaminhamento: 67.4.3</p>	<p>Os membros da CT-ECLET do Espírito Santo deverão se organizar para um diálogo com a SETUR-ES, na tentativa de conseguir representação dessa secretaria para</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	compor a Câmara Técnica.
--	--------------------------

5. PG-33 Programa Ambiental para a Revitalização da Bacia do Rio Doce

Pauta	
<p>5.1- Apresentação dos documentos referentes ao cumprimento do item 2 da Deliberação CIF nº 549. Responsável: FR.</p>	<p>O sr. Igor, analista do PG-33, informou que enviou um ofício com 8 anexos relacionados aos documentos da Deliberação 549. Fez uma síntese do referido ofício, considerando que os projetos executivos foram elaborados e necessários quando ainda não havia projetos em execução, ou seja, quando o acompanhamento do programa carecia de instrumento que desse materialidade ao que seria executado. E ainda, esclareceu que os projetos executivos perderam sua função e necessidade já que os projetos do PG-33 estão sendo executados e os instrumentos que agora dão materialidade para o acompanhamento dos mesmos são os respectivos planos de trabalho. Registrou que esse debate já ocorreu em reuniões na CT-ECLET e estão registrados em atas. Lembrou que os documentos intitulados Planos de Trabalho foram anexados ao ofício e contém todas as informações dos projetos do PG-33.</p> <p>A sra. Thaís esclareceu que a CT-ECLET é que precisa informar para a FR o que está faltando nos Planos de Trabalho de execução de cada projeto e nos Relatórios que são enviados e que são cumulativos. Reforçou a posição da FR, sendo necessário que a CT-ECLET informe o que não está sendo contemplado nos documentos enviados, ou que se chegue no entendimento de que as informações são suficientes para o acompanhamento da CT-ECLET.</p> <p>O sr. Luiz Filipe lembrou que nas últimas reuniões essa questão foi pontuada pelo sr. Caíque e pelo sr. Jadilson, que acompanhou a reunião remotamente. O sr. Jadilson registrou que foi solicitado para a FR a evidência e o encaminhamento do item 2 da Deliberação nº 549, sendo que a FR tinha 120 dias para enviar essa resposta ao CIF. Questionou se a CT-ECLET pode debater essa pauta e definir se os documentos enviados mensalmente são viáveis ou não. Informou que ainda não recebeu nenhum documento da FR sobre essa deliberação, e solicitou para a FR disponibilizar essa documentação. Registrou que espera da FR a comprovação de todas as evidências da Deliberação 549, item 2, para saber como proceder em relação aos projetos do PG-33.</p> <p>O sr. Rodrigo, representante da Governança da FR, registrou que sobre o</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>questionamento da fala do sr. Igor, referente aos documentos relativos à Deliberação 549, ficou com uma dúvida referente aos debates já ocorridos na CT-ECLET, e fez a leitura da referida Deliberação, frisando a “avaliação conjunta da CT-ECLET e FR”, e questionou se essa cobrança é direcionada à FR e à CT-ECLET. Considerou que atualmente a equipe técnica não é mais a mesma.</p> <p>O sr. Jadilson reforçou a necessidade da FR enviar para a CT-ECLET as evidências relacionadas ao item 2 da Deliberação 549 e, após análise da CT-ECLET, iniciar o diálogo conjunto com a FR.</p> <p>O sr. Felipe registrou que o prazo da Deliberação 549, item 2, define que o prazo é de 120 dias após avaliação conjunta entre a FR e a CT-ECLET, e que essa avaliação ainda não ocorreu. Do ponto de vista da FR, é preciso avaliar conjuntamente entre FR e CT-ECLET, e encontrar os pontos que ainda não são atendidos.</p> <p>A coordenadora Mariana questionou quando o ofício e os documentos foram encaminhados para o PG-33, e foi informado que foi enviado há dois dias. Informou que os membros do GT-33 farão a análise desses documentos para marcar uma reunião com a FR antes da reunião ordinária de julho, para definir sobre as evidências proposta pela Deliberação nº 549.</p> <p>O sr. Luiz sugeriu marcar a reunião com a FR na semana anterior à realização da reunião ordinária da CT-ECLET, em julho.</p>
<p>5.2 – Apresentação do projeto de Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas. Responsável: SECEX-ES</p>	<p>A sra. Margareth iniciou agradecendo à Câmara Técnica pela oportunidade de apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido no estado do Espírito Santo e que está relacionado ao Projeto de Redes e Políticas Públicas, do PG-33. Esclareceu que a sra. Anna Tristão, gerente de Educação Ambiental do IEMA-ES e a sra. Ester Sabino, Gerente de Educação Ambiental e Articulação Social da SEAMA-ES vão apresentar um recorte de uma experiência em curso, com uma proposta para a bacia do rio Doce e para o litoral capixaba, promovendo um trabalho bem articulado nas diferentes ações em curso para promover a educação ambiental e a cidadania. A sra. Ester Sabino se apresentou e informou que sua gerência é nova no estado, e</p> <p>que vem trabalhando em conjunto com o IEMA-ES, não havendo sobreposição de ações, mas uma articulação para promover a educação ambiental formal. Fez um relato sobre a estruturação das ações em relação à educação ambiental no estado, com a participação e articulação entre os diversos órgãos ligados a essa temática, com ênfase nas questões ligadas aos cuidados com a água. Destacou que os municípios do Espírito Santo precisam estar alinhados com as políticas públicas em nível estadual e nacional, promovendo a educação ambiental formal em sua rede de ensino e demais instituições responsáveis por ações que preservem o meio ambiente. Informou que o trabalho que será</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

apresentado é um potencializador na bacia e foi constituído para promover mais espaços disseminadores relacionados às questões ambientais, e que visa à perenidade dos programas e projetos. Destacou que o Ministério Público tem uma participação importante nesse processo, e que o trabalho está muito bem articulado.

A sra. Anna agradeceu a oportunidade de apresentar esse trabalho na CT-ECLET e destacou a importância do trabalho em redes no território capixaba e o fortalecimento das políticas públicas. Fez uma apresentação com todo o detalhamento do programa do trabalho em redes e políticas públicas no Espírito Santo, que pode ser acessada pelos links:

https://docs.google.com/presentation/d/1Z8bYP7aJQRsy-OVkiWY4wG_i2jGPh5-4/edit?usp=drive_link&ouid=110280325464378341620&rtpof=true&sd=true

https://drive.google.com/file/d/1CnTjNHEy4YxwjsJ0BwQ-ad9n5jQqEMpQ/view?usp=drive_link

Em seu relato, a sra. Anna mencionou que esse é um trabalho bem consolidado e que atende às políticas públicas que direcionam a educação ambiental em nível estadual. Citou a legislação de referência, a Constituição Federal, a Política Nacional de Meio Ambiente, a Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa Estadual de Educação Ambiental e a Política Estadual de Educação Ambiental, que balizam o trabalho ora apresentado. Ressaltou a importância dos proponentes que dão amparo e suporte à Implementação e Fortalecimento das Políticas Municipais de Educação Ambiental na Bacia do Rio Doce. Destacou que, independentemente do tamanho do estado e da quantidade de municípios, é possível desenvolver esse programa, apoiado no arcabouço legal. Citou a transversalidade do projeto, que perpassa diversas áreas do conhecimento. Sobre o Histórico do Projeto, destacou o início do trabalho da UFES com a criação do mestrado profissional em Política Pública e a consolidação da metodologia utilizada com a Implementação da Política Municipal de Educação Ambiental em Conceição da Barra. Logo após, foi firmado um convênio entre o IEMA, a Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP, e a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, apoiando o projeto de implementação das Políticas Municipais de Educação Ambiental. Citou que foi criado um consórcio entre alguns municípios para criar o licenciamento ambiental por região. Assim, o IEMA aproveitou esse modelo para desenvolver seu trabalho de implementação das Políticas Municipais de Educação Ambiental, e esclareceu que os municípios não consorciados serão incluídos no trabalho por proximidade geográfica. Esclareceu que a equipe do

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

IEMA, com o apoio do Ministério Público, visita os municípios para assessorar na definição da sua política pública em EA. Mencionou o objetivo do projeto, as metas a serem alcançadas nos municípios da Bacia do Rio Doce e as justificativas para os municípios aderirem ao Programa, o mapa com a Bacia do Rio Doce no Espírito Santo, incluindo o município de Anchieta e os municípios contemplados pela Deliberação nº 58. Esclareceu o que é o Projeto EcoÁreas e apresentou os 33 municípios divididos nas 7 EcoÁreas e os municípios de referência. Esclareceu e apresentou a estrutura organizacional do Projeto, tendo o IEMA como coordenador geral, e como está estruturada a EcoÁrea. Exemplificou como é feita a formação continuada da equipe que acompanha o programa e apresentou o registro fotográfico de alguns eventos realizados, e compartilhou que já são, atualmente, 43 municípios com formação, e informou que é o Ministério Público Estadual e Municipais que fazem a convocação dos cursistas. Apresentou esclareceu sobre o Fluxograma do Processo de Implementação das Políticas Municipais de Educação Ambiental e as quatro etapas do Plano de Trabalho Básico para Implementação da PME.A. Citou a realização dos Workshops para a troca de experiências e apresentou o instrumento de monitoramento dos processos de implementação das PME.A. Finalizando a apresentação, informou que a estimativa de investimentos fica em, aproximadamente, R\$22.116.630,00 (Vinte e dois milhões, cento e dezesseis mil, seiscentos e trinta reais).

A sra. Elzeni reforçou que o apoio aos municípios para fazer a implementação do programa é uma etapa muito importante no processo para que as políticas municipais de educação ambiental não sejam engavetadas.

A sra. Mariana agradeceu ao governo do Espírito Santo pela apresentação feita e informou que o projeto será encaminhado para todos os membros da câmara técnica para análise. Sugeriu que, após análise, a pauta seja retomada na reunião ordinária de junho.

A sra. Margareth sugeriu que sejam encaminhadas as contribuições dos membros nos próximos 20 dias, e que a equipe do Espírito Santo pode acolher as sugestões da CT-ECLET para enriquecer e melhorar o projeto. A ideia é que possa ser dada uma resposta para a FR, considerando que o Estado do Espírito Santo não apoiou a proposta do Projeto de Redes e Políticas Públicas, do PG-33, apresentada pela Fundação Renova.

A sra. Mariana considerou que é um projeto robusto, que precisa ser analisado pelos membros da câmara técnica, não só pelo GT-33, e sugeriu marcar algumas reuniões virtuais com a SECEX-ES para debater o projeto, sanar dúvidas e alinhar também com a FR antes da próxima RO.

O sr. Jadilson considerou que o projeto é grande e sugeriu ampliar o prazo, e

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>considerou agendar uma reunião de GT para debater e marcar uma reunião extraordinária em junho para apresentar as considerações da câmara técnica.</p> <p>O sr. Luiz Cizílio sugeriu deixar o prazo em aberto, com a possibilidade de retomar a pauta em julho, sendo flexível com o prazo considerando que o projeto é grande e tem outras demandas do PG-33.</p> <p>A sra. Mariana registrou que no momento, a CT está fazendo uma análise mais profunda do PG-33, e que não será possível pautar esse projeto em junho, mas na RO de julho. Caso seja possível para os membros analisarem o projeto, pode ser agendada uma reunião extraordinária antes da RO. Sugeriu que os representantes das secretarias do estado de Minas façam uma articulação para dialogar sobre o programa em suas secretarias. Como encaminhamento solicitou a análise do programa pelos membros da CT-ECLET para uma pauta na RO de julho.</p>
<p>EXTRA PAUTA:</p>	<p>A sra. Betinna solicitou para a coordenação da CT-ECLET a possibilidade de realizar uma reunião virtual com os proponentes dos projetos vinculados ao “Projeto de Interface” do PG-33, que foram apresentados como projetos de turismo regenerativo, e esclareceu que existe uma interface com o PG-13. Esclareceu que por orientação da coordenadora Mariana, todos os membros da câmara técnica deverão analisar o projeto, que já foi enviado para os mesmos. Sugeriu que após a reunião virtual, para exposição dos projetos pelos proponentes e para o esclarecimento de dúvidas, a elaboração de uma Nota Técnica a ser analisada e votada na próxima RO, considerando que o sr. Felipe, representante da FR, informou que é possível fazer um ajuste no orçamento do programa para o desenvolvimento desse projeto.</p> <p>A sra. Mariana esclareceu que após a leitura dos projetos pelos membros do PG-33, e considerando que foram apontados alguns pontos de dissenso, foi proposto que todos os membros fizessem a leitura dos projetos. Posteriormente será agendada a reunião virtual com os proponentes para esclarecimento de dúvidas e para uma decisão final da CT-ECLET.</p> <p>O sr. Felipe sugeriu na revisão dos programas, criar um regramento para essas questões, considerando a possibilidade do recebimento de projetos relevantes do ponto de vista socioambiental. E complementou que atualmente não existe essa situação no escopo do PG-13. Sugeriu manter o diálogo com os proponentes enquanto é feita a revisão do PG-13.</p>
<p>Encaminhamento: 67.5.4</p>	<p>O GT-33 e demais membros da CT-ECLET farão a análise dos projetos relacionados ao “Projeto de Interface”, do PG-33. Após análise, agendar uma reunião virtual com os proponentes para esclarecimento de dúvidas.</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Encaminhamento: 67.5.5	O GT-33 fará a análise dos documentos referentes à Deliberação nº 549, item 2, para posterior debate com a FR, antes da 69ª RO, a ocorrer em julho de 2024.
Encaminhamento: 67.5.6	O GT-33 e a FR farão uma reunião remota para debater sobre os documentos da Deliberação nº 549, antes da 69ª RO da CT-ECLET.
Encaminhamento: 67.5.7	A equipe da CT-ECLET fará a análise do Projeto de Redes e Políticas Públicas apresentado pela SECEX-ES para um retorno na RO de julho e, se necessário, a realização de uma reunião extraordinária a ser agendada.

Encerramento:	A coordenadora Mariana encerrou a reunião às 16h50min., agradecendo a presença de todos.
----------------------	--

Ata aprovada por todos os presentes na 69ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo CT-ECLET, CT no dia 05 de julho de 2024.